CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rosinei Coutinho/STF

STF: tensão para encontrar o tom adequadro

Bastidores da tensão do STF na sessão de abertura

Os franceses gostam de dizer que "o tom faz a canção". O advogado e analista político Melillo Dinis lembrou da frase dos "chansonniers" franceses na sexta-feira (1) ao assistir à sessão de reabertura dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão iniciou-se com grande atraso, o que não costuma ser comum. O atraso deveu-se à necessidade de combinar o jogo.

Posição

Para Melillo, esse tom fez com que os discursos do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, e do decano, Gilmar Mendes, fossem mais protocolares. O recado era: o STF não vai ceder a pressões. Mas também não irá julgar ninguém com o fígado, com ódio pelas pressões.

Na percepção de Melillo, era visível o clima de tensão. Os ministros precisavam achar o tom certo. Algo que lembrava a famosa frase de Pinheiro Machado ao seu cocheiro em 1915, que lhe perguntou como ele deveria conduzir a carruagem ao deparar com uma multidão enfurecida: "Nem tão depressa que pareça medo, nem tão devagar que pareça provocação".

Moraes

A Moraes concedeu-se a possibilidade de um tom mais indignado. Afinal, ele é o alvo das sanções de Donald Trumpe e dos bolsonaristas. É ele quem está impedido de usar cartões de crédito internacionais. Para Melillo, porém, não exatamente duro, mas na medida.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Moraes: até onde apoia-se o seu ativismo?

Supremo descolou-se da dimensão corporativa

Melillo é advogado de Carlos Rocha, presidente do Instituto Voto Legal (IVL), um dos réus no núcleo 4, ou "núcleo de desinformação", na ação penal que julga a tentativa de golpe de Estado. O IVL foi contrato pelo PL para fazer a auditoria nas urnas eletrônicas que resultou na ação que o partido moveu – e perdeu – no TSE. É uma situação curiosa: o parecer técnico do IVL descarta a possibilidade de fraude, e não foi o instituto que o divulgou. Curiosamente, Rocha entrou na ação e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que contratou o IVL e moveu a ação ficou de fora. Como analista, porém, Melillo observa o momento delicado no STF.

Solidariedade

E, nesse sentido, a razão pela qual o Supremo ressente-se de pouca solidariedade do meio jurídico, como já dissera aqui o Correio Político, no dia 23 de junho. Para Melillo, o "STF descolou-se da dimensão corporativa", ficou muito maior do que isso.

Ativismo

Então, diante da gravidade do momento, ninguém critica diretamente um certo grau excessivo de ativismo jurídico de Alexandre de Moraes. Embora também não apoie. Nesse ponto, nem mesmo talvez o próprio STF parece uníssono nas suas posições.

Divisão

Alguns ministros não quiseram assinar nota de solidariedade a Moraes e não participaram do jantar com o presidente Lula na semana passada. Até onde na Primeira Turma Luiz Fux servirá mesmo de contraponto às posições dos demais é uma incógnita.

Fachin

No dia 28 de setembro, termina o mandato de Barroso como presidente. Assumirá Edson Fachin. Há uma expectativa de que Fachin tente retomar um clima mais sóbrio e formal e menos midiático que o Supremo já teve. Conseguirá conter a fogueira das vaidades?

Volta do Congresso desafoga pauta represada

Temas vão desde anistia até a reforma tributária. Veja projetos

Alan Santos/Câmara dos Deputados

Oposição foca na anistia e impeachment de Lula e Moraes

Por Gabriela Gallo

O recesso parlamentar não parou o país, e o Congresso Nacional assistiu a dias agitados durante o seu período de folga. Após duas semanas de recesso parlamentar, nesta semana o Congresso retoma suas atividades, com uma série de matérias importantes pendentes. E como fora adiantado por parlamentares da oposição, logo após o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) começar a usar tornozeleira eletrônica e cumprir uma série de medidas cautelares, o foco será nas articulações para aprovar o projeto que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2025, em Brasília. Nesta terça-feira (5) está agendada uma sessão no plenário da Câmara dos Deputados.

Em suas redes sociais, o deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-RS) destacou que, nesse retorno, a oposição terá um "um foco muito direcionado" para quatro pautas. "Primeiro, a anistia ampla, geral e irrestrita. Segundo, que o Senado instaure, de uma vez por todas, o processo de impeachment contra o ministro [do Supremo Tribunal Federal] Alexandre de Moraes. Terceiro, o impeachment de [o presidente Luiz Inácio] Lula da Silva, que não tem mais condições de permanecer a frente do Palácio do Planalto, e quarto, o fim do foro privilegiado", disse Sanderson.

Foro

A questão do foro é curiosa. Por anos, concedeu a políticos uma condição especial, de serem julgados pela Suprema Corte, que quase nunca os condenava. O protagonismo político do STF mudou essa situação. As condenações passaram a acontecer, e, como o STF é a última instância do Judiciário, sem muita possibilidade de recurso.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 333/2017 propõe encerrar o foro por prerrogativa de função (conhecido como foro privilegiado) para crimes comuns. A medida declara que somente o presidente e vice-presidente da República, e os presidentes da Câmara, do Senado e do STF devem ser julgados em tribunais de instâncias superiores. A medida já foi aprovada no Senado e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, tal como na comissão especial da Casa para trata do tema.

O foro por prerrogativa de função determina que algumas autoridades (para além das já citadas anteriormente, também abrange deputados federais e senadores) devem ser julgadas em tribunais de instância superior na intenção de garantir a proteção da função pública que a autoridade exerce. Porém, nos últimos anos parlamentares da oposição ao governo de Lula 3 alegam que a Suprema Corte está se aproveitando da posição para prejudicar opositores. Em um vídeo divulgado em suas redes sociais, o deputado Sanderson destacou que a medida permitirá retirar "esse perfil de delegacia de polícia que toma conta do STF, muitas vezes para perseguir adversários e tentar calar opositores".

CPMI

Após o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Braisl-AP), ler o requerimento que solicita a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará o esquema de desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a expectativa é que a comissão seja instalada e inicie os trabalhos ainda neste mês. No entanto, ainda não foi fixada uma data.

A comissão será formada por 15 deputados federais e 15 senadores, com o mesmo número de suplentes. Apesar de ainda não ter sido confirmado, a expectativa é que o senador Omar Aziz (PSD-AM) seja o presidente do colegiado – ele também presidiu a comissão que discutiu as ações e omissões do governo de Jair Bolsonaro (PL) no enfrentamento a pandemia de Covid-19.

Reforma Tributária

Além disso, ainda falta a Comissão de Constituição e Justiça do Senado definir o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024). Na atual conjuntura, o projeto enfrenta um embate para ser aprovado: a formação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Há um desacordo quanto á forma de escolha dos representantes dos municípios entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP).

O conselho superior gestor do Comitê Gestor do IBS será composto por secretários de Fazenda das 27 unidades da federação e 27 representantes municipais eleitos pelos prefeitos. Estes últimos serão divididos em duas chapas: uma composta de 14 candidatos conselheiros, em que os prefeitos têm voto de mesmo valor; e outra de 13, em que prefeitos de municípios mais populosos têm voto de maior peso.

O CNM argumenta que as atuais regras oferecem vantagem na indicação de membros do Conselho Superior do comitê. Por outro lado, a FNP alega que a confederação de municípios desrespeitou um acordo que permitiria uma participação equilibrada das duas associações. O caso está em discussão.

Imposto de Renda

Outro tema que será discutido nesta semana e está pronto para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados é o projeto de lei que amplia a faixa de isenção do pagamento do imposto de renda para aqueles que ganham R$ 5 mil mensais (PL 1087/2025) – promessa de campanha do presidente Lula. Segundo Motta, a discussão do tema será prioridade no segundo semestre, visto que a proposta é implementar a medida já em 2026.

Relatado pelo ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o projeto amplia a isenção parcial do pagamento do imposto de renda para quem ganha entre R$ 5.001 e R$ 7.350. Além disso, o texto determina que, para compensar a perda arrecadatória com a medida, será implementada uma taxação progressiva, que começará para aqueles quem ganham R$ 600 mil por ano (R$ 50 mil por mês), e finalizaria com uma taxação de 10% para quem tem uma renda anual a partir de R$ 1,2 milhão. A medida pode sofrer alterações no plenário.

Licença Paternidade

Após determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que venceu em julho, o Plenário da Câmara dos Deputados também deve votar a regulamentação da licença paternidade na sessão em plenário desta terça. Atualmente, a licença paternidade é de cinco dias, segundo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), sancionado na Constituição de 1988. Contudo, pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), previsto na Constituição Federal, a licença paternidade atual de cinco dias deveria permanecer até o Congresso Nacional aprovar uma lei complementar para implementação definitiva – o que nunca aconteceu.

Circulam dois projetos sobre o tema, um na Câmara que amplia a licença de cinco para 15 dias e outro no Senado que amplia para 20 dias, além de ampliar a licença-maternidade de 120 para 180 dias. Ambos os projetos abrangem casos de adoção.

Lula e Bolsonaro disputam cena política no domingo

Reprodução TV

Lula: governo incomoda quem acha que é dono do mundo

Por Rudolfo Lago

Vestindo uma brilhante camisa vermelha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou pouco antes do meio-dia deste domingo (3) ao auditório do Brasil 21 em Brasília, onde aconteceu o Encontro Nacional do PT que oficializou Edinmho Silva como o novo presidente do partido. Diversos ministros do governo também participaram do encontro.

Ao mesmo tempo, em 20 capitais do país aconteceram atos em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro e contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Os atos pró-Bolsonaro tiveram a ausência do próprio ex-presidente que, cumprindo restrições impostas por Moraes e usando tornozeleira eletrônica, optou por não correr maiores riscos. As restrições impostas impedem Bolsonaro de sair de casa nos fins de semana.

Sua exposa, Michelle Bolsonaro, participou do ato em Belém, capital do Pará. Michelle subiu o tom contra Lula, a quem, no ato, chamou de "cachaceiro sem-vergonha".

"Lula está manando nossas riquezas para fora", disse Michelle. "Isso não vamos aceitar".

Soberania

O ataque de Michelle foi claramente uma estratégia de resposta ao tom usado por Lula e pelo PT, depois do tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O tom usado por Lula e outros ministros e petistas em Brasília foi exatamente de defesa da soberania, ameaçada pelas ações de Trump.

Em seu discurso, Lula citou uma frase dita pelo escritor e compositor Chico Buarque. "Eu gosto do PT porque não fala fino com os Estados Unidos nem fala grosso com a Bolívia", discursou Lula. O presidente mencionou os diversos acordos com outros países que, segundo ele, foram feitos. De acordo com Lula, foram abertos 388 novos mercados para o Brasil. "Abrimos um portão grande, onde todo mundo quer negociar com o Brasil. Isso começa a assustar as pessoas que acham que são donas do mundo".

Lula, porém, reconheceu dificuldades, que estariam sendo superadas. "As pesquisas não estão erradas", disse o presidente, mencionando dificuldades na popularidade do governo. "O que fizemos não chegou para ninguém. É muito lançamento dentro do Palácio e pouco na rua".

Lula criticou a divisão entre tendências dentro do PT. Segundo ele, "um monte de tendência pessoal, um monte de picuinha", disse pregando a necessidade de união.

O presidente mencionou as dificuldades de relacionamento no Congresso sendo o PT e o governo minoria. "Se depender só de nós, não se aprova nada", afirmou. Mas lembrou que, com muita conversa, conseguiu aprovar a reforma tributária. "Cedendo muita coisa. Se não for assim, não se faz política", afirmou. "Não preciso saber se o presidente da Câmara gosta de mim. Preciso entender que ele foi eleito. E que eu preciso dele mais do que ele de mim".